

A ditadura e as transformações urbanas em Florianópolis

MICHEL GOULART DA SILVA*

Resumo: Discute-se neste ensaio o processo de transformação urbana ocorrido em Florianópolis na década de 1970. Procura-se apresentar e analisar alguns indícios desse processo no contexto da discussão e aprovação do Plano Diretor, entre 1975 e 1976. Para tanto, além da bibliografia pertinente, são analisados documentos que expressam as ações políticas do Estado no período e alguns recortes da imprensa que mostram o processo de discussão na sociedade.

Palavras-chave: Florianópolis; Plano Diretor; Ditadura.

Dictatorship and urban transformations in Florianópolis

Abstract: This article discusses the process of urban transformation that took place in Florianópolis in the 1970s. It seeks to present and analyze some signs of this process in the context of the discussion and approval of the Master Plan, between 1975 and 1976. pertinent bibliography, documents that express the political actions of the State in the period and some clippings of the press that show the process of discussion in society are analyzed.

Key words: Florianópolis; Master plan; Dictatorship.

Dictadura y transformaciones urbanas en Florianópolis

Resumen: Este ensayo discute el proceso de transformación urbana que tuvo lugar en Florianópolis en la década de 1970. Intentamos presentar y analizar algunos signos de este proceso en el contexto de la discusión y aprobación del Plan Director, entre 1975 y 1976. bibliografía pertinente, se analizan documentos que expresan el accionar político del Estado en el período y algunos recortes de prensa que muestran el proceso de discusión en la sociedad.

Palabras-clave: Florianópolis; Plan Maestro; Dictadura.



* MICHEL GOULART DA SILVA é Doutor em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Realizou estágio pós-doutoral no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Atua no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense (IFC). Este ensaio desenvolve e amplia discussões realizadas em Silva (2011a, 2014a).

Um dos marcos mais importantes nas transformações urbanas ocorridas em Florianópolis foi o Plano Diretor aprovado em 1976. Esse projeto expressava anseios de diferentes naturezas no sentido de dar respostas aos problemas provocados pelo intenso crescimento urbano que vinha ocorrendo na cidade nos anos anteriores. O projeto esteve marcado, antes e depois de sua aprovação, por profundas disputas, que apontavam para perspectivas díspares ou mesmo antagônicas de cidade.

O processo ocorrido em Florianópolis tem relação com o contexto mais amplo de transformações urbanas ocorridas durante a ditadura iniciada com o golpe de 1964. Nas chamadas *ciudades médias*, foram produzidas transformações de forma intencional pelos gestores públicos da ditadura, nas décadas de 1960 e principalmente de 1970. Entende-se que muitas dessas cidades médias podem também ser chamadas de *ciudades da ditadura*, na medida em há numerosos elementos comuns em relação ao processo de transformações urbanas de diferentes cidades, como a intensa intervenção estatal nos espaços públicos, por meio do planejamento, e a produção de representações acerca das cidades. Observa-se que os governos da ditadura, “ao longo da década de 1970, privilegiaram uma política urbana que definiu um conjunto de estratégias declaradamente voltadas para superar desequilíbrios regionais, através de ações conjuntas que preconizavam uma gestão territorial nacional a partir de polos urbanos” (LOHN, 2016, p. 290).

Esse processo de transformação urbana está relacionado à ideia de planejamento e intervenção estatal tanto na economia como na sociedade (SILVA, 2011b; 2012). O planejamento visaria beneficiar classes, grupos, regiões ou outros subgrupos da sociedade de maneira

desigual com relação a segmentos que são relegados ou prejudicados (KAPLAN, 1982, p. 85). Essa intervenção estatal teria como objetivo modificar a estrutura econômica e social, sem, contudo, provocar transformações profundas. Pode-se afirmar, portanto, sobre o planejamento: “em concomitância, e em consequência, ele implica a transformação ou consolidação de uma dada estrutura de poder. As relações e os processos políticos e econômicos estão sempre imbricados, influenciando-se e determinando-se reciprocamente” (IANNI, 2009, p. 289-90).

Discute-se neste artigo as práticas e representações relacionadas à construção das cidades da ditadura. Para tanto, procura-se apresentar e analisar alguns indícios das transformações urbanas ocorridas em Florianópolis no contexto da discussão e aprovação do Plano Diretor, entre 1975 e 1976. São discutidas as características do processo de transformação da cidade, apontando diferentes elementos a partir da análise de documentos produzidos pelo poder público e de textos publicados na imprensa.

Construindo a cidade da ditadura

Depois do golpe de 1964, com a ascensão da ditadura, intensificou-se a intervenção do Estado sobre a sociedade. No caso do espaço urbano, bem como em diferentes esferas da administração pública, aprofundou-se a intervenção autoritária por meio de um planejamento realizado por técnicos e burocratas. Schmidt (1986, p. 33) aponta duas fases da intervenção sobre as cidades durante a ditadura. Primeiro, entre 1964 e 1972, as “demandas econômicas e sociais tinham que ser tratadas de maneira a acentuar a acumulação de capital em setores urbanos chave”, liberando “o governo do encargo de fornecer

subsídios” e priorizando a execução de uma política habitacional. Em um segundo momento, a partir de 1973, “foi decidido que as políticas estatais deveriam se sujeitar a critérios espaciais destinados a superar desequilíbrios regionais seculares”, delimitando-se, a partir disso, “uma complexa política urbana, nacional e regional” (SCHMIDT, 1986, p. 33). Nesse segundo momento,

o desenvolvimento regular de uma política urbana concebida como “política habitacional” rumo à concepção mais complexa de “política espacial que se baseia nas áreas metropolitanas” implicou mudanças fundamentais na natureza do regime político e do Estado no Brasil, incluindo a intervenção econômica mais volumosa, a centralização crescente e uma percepção mais aguda de parte do Estado dos limites à acumulação de capital (SCHMIDT, 1986, p. 33).

O principal marco dessa nova política foi o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), principalmente no capítulo referente ao “Desenvolvimento urbano, controle da poluição e preservação do meio-ambiente”, que tinha como objetivo a implantação de um “programa que visava promover as cidades de porte médio a centros estratégicos da rede urbana nacional” (STEINBERGER & BRUNA, 2001, p. 35). O plano tinha como proposta geral “favorecer a criação de polos secundários, as cidades de porte médio, que se aproveitariam das vantagens das aglomerações existentes”, também servindo “de base a uma estruturação de apoio à formação de um sistema urbano nacional mais equilibrado” (STEINBERGER & BRUNA, 2001, p. 46-7). O documento partia da seguinte caracterização:

É conhecido o desequilíbrio, que se tem agravado, no processo de urbanização do País. Observe-se, de um lado, um processo de metropolização prematura, com a proliferação de grandes aglomerados urbanos, que continuam crescendo a taxas aceleradas, e, de outro lado, a excessiva pulverização de pequenas cidades, sem um número adequado de cidades médias que dê razoável equilíbrio ao conjunto. (...) Em apenas 30 anos a população urbana do País quase duplicou sua participação relativa, evoluindo dos 31% em 1940, para os 56% em 1970. Esse processo de urbanização decorreu, em grande parte, das migrações internas do campo para as cidades, e significou uma expansão da população urbana equivalente a 40 milhões de pessoas (BRASIL, 1974, p. 77).

Como consequência da urbanização acelerada e das distorções por ela provocadas na distribuição espacial das cidades, localizadas principalmente no litoral, “os principais aglomerados metropolitanos localizam-se na costa atlântica, concentrando 2/5 da população das cidades, a maior parte das atividades industriais e a maior responsabilidade no que tange à expansão da economia” (BRASIL, 1974, p. 78). Por outro lado, segundo o documento, a concentração urbana, que ocorre principalmente “nas regiões metropolitanas de São Paulo e Rio de Janeiro, está acarretando sérios problemas de congestionamento, superpopulação e poluição, em detrimento da qualidade de vida e do equilíbrio social” (BRASIL, 1974, p. 78).

Como forma de solucionar esses problemas, o documento propunha “identificar as funções que devem ser cumpridas pelas metrópoles nacionais e as que devem ser desempenhadas pelas

metrópoles regionais, notadamente nas áreas de maior concentração populacional e econômica” (BRASIL, 1974, p. 79). A partir disso, seria possível “definir polos secundários imprescindíveis a uma política de descentralização, de âmbito nacional ou regional, com adequado aproveitamento das vantagens de aglomeração existentes”, estabelecendo nas novas regiões “núcleos urbanos de apoio ao processo de ocupação” (BRASIL, 1974, p. 79). Por outro lado, o documento também propunha “identificar as funções que devem ser cumpridas pelas metrópoles nacionais e as que devem ser desempenhadas pelas metrópoles regionais, notadamente nas áreas de maior concentração populacional e econômica” (BRASIL, 1974, p. 79).

Percebe-se nesse programa uma estratégia geral para o território do país, baseada na desconcentração e na interiorização (STEINBERGER & BRUNA, 2001, p. 44). Se a solução para as metrópoles da região sudeste seria “evitar o crescimento excessivo das grandes aglomerações urbanas”, o caminho para outras regiões deveria ser diferente, como a nordeste, onde se pretendia “a dinamização da base econômica das metrópoles regionais do sistema urbano”, além do “reforço das atividades produtivas e dos equipamentos dos polos urbanos” (BRASIL, 1974, p. 79). Para as regiões norte e centro-oeste, se pretendia “a promoção da urbanização nas áreas de ocupação recente ou não consolidadas”, bem como “a organização do desenvolvimento das metrópoles regionais em formação e da região geoeconômica de Brasília” (BRASIL, 1974, p. 79). Para a região sul, que ainda não padecia dos problemas da região sudeste, mas que não era uma região pouco habitada como o norte ou o centro-oeste, se pretendia o crescimento

“ordenado das metrópoles regionais e o fortalecimento dos núcleos urbanos de médio porte” (BRASIL, 1974, p. 79).

Esses problemas e propostas para solução foram detalhados pelo Programa para Cidades de Porte Médio, do governo federal, de 1976. Esse programa visava “proporcionar uma descentralização econômica nas cidades-polo de desenvolvimento do interior”, “evitar um acúmulo de problemas nas regiões metropolitanas” e reforçar pontos que possam “direcionar o processo de urbanização de maneira mais racional e estruturante, gerando opções aos fluxos migratórios e de capital” (PROGRAMA, 1976, p. 20). Por fim, o programa também pretendia “estender sua atuação tanto em áreas urbanas hipertrofiadas, como naquelas cujo processo de urbanização esteja por ficar saturado” (PROGRAMA, 1976, p. 20). O programa apontava, portanto, conforme o II PND, para o controle do crescimento nas grandes metrópoles e uma interiorização do desenvolvimento, seja fortalecendo polos regionais do sul e do nordeste, seja promovendo a ocupação de alguns territórios no norte e no nordeste. Como estratégia, seria preciso

identificar cidades de porte médio em condições de atuar como suporte às atividades econômicas do seu entorno, maximizando-se as funções urbanas que possuem – além de diminuir seu grande grau de dependência em relação a centros mais dinâmicos – ampliar a sua área de influência onde cidades de menor porte obtenham reflexos dos efeitos multiplicadores e estruturantes a nível microrregional (PROGRAMA, 1976, p. 20).

O principal fundamento dessa política urbana da ditadura passava pela *integração nacional*, elemento doutrinário que balizava o ideário da

Escola Superior de Guerra (ESG) e que estava presente na elaboração do II PND, bem como de outros documentos governamentais. No caso das cidades, pensava-se na possibilidade de equilibrar os polos urbanos, mantendo as grandes metrópoles e, junto disso, fortalecendo núcleos urbanos de porte médio. Esses núcleos urbanos, ainda que não tomassem o lugar político e econômico das grandes cidades, poderiam se constituir em polos de atração para as migrações, evitando assim que essas ondas migratórias se dirigissem às grandes metrópoles, como Rio de Janeiro e São Paulo. Por outro lado, segundo os gestores da ditadura, essa política poderia desenvolver economicamente a região, atraindo empresas ou ramos econômicos.

Contudo, ainda que se tenham construído estradas e melhorado os sistemas de telecomunicações, o principal balanço desse projeto para as cidades de porte médio passa justamente pela fragilidade da integração nacional. Pode-se afirmar que “os benefícios foram somente pontuais, ou seja, em cada uma das cidades envolvidas, frustrando qualquer tipo de expectativa de uma atuação interurbana que promoveria as cidades médias a centros estratégicos da rede urbana nacional” (STEINBERGER & BRUNA, 2001, p. 62). Assim, a política da ditadura para as cidades de porte médio, ainda que a estratégia visasse a integração, “consistiu em uma experiência espacialmente fragmentada” (STEINBERGER & BRUNA, 2001, p. 63).

Embora o projeto de integração nacional tenha se mostrado bastante frágil em seus resultados, o Programa para Cidades de Porte Médio conseguiu cumprir algumas de suas metas. Primeiro, em alguns

casos, consolidou a liderança regional de algumas cidades, como aquelas localizadas na região oeste, como Cascavel e Chapecó, respectivamente nos estados do Paraná e de Santa Catarina. Embora não se tenham alcançado a integração almejada pelo governo ditatorial, essas cidades média conseguiram se consolidar como polos locais de influência econômica e política e, em alguns casos, constituíram colaborações regionais, constituindo-se em cidades que sofreram transformações a partir das perspectivas e interesse da ditadura.

Os investimentos em obras e infraestrutura, a partir da verba oriunda do programa, transformaram profundamente essas cidades, num sentido de remodelação e de reorganização do espaço urbano, com vistas a certo projeto de modernização que passava pela manutenção da ordem política e pela realização de certo progresso econômico e social. Por outro lado, as multidões, que se aglomeravam de forma desordenada, precisariam ser excluídas ou pelo menos afastadas dessa cidade moderna que a ditadura pretendia construir, na medida em que se tornavam atores políticos relevantes, como se percebe em mobilizações populares ocorridas no final da ditadura (SILVA, 2014b).

Florianópolis na ditadura

Quando foi finalmente aprovado, em de maio de 1976, o Plano Diretor de Florianópolis era um projeto considerado superado, pois, dada a demora em sua tramitação na Câmara dos Vereadores, ele não havia acompanhado o crescimento da cidade.¹ Essa defasagem era conhecida publicamente meses antes da aprovação,

¹ Lei 1440/1976, publicada no Diário Oficial do Estado em 04 de junho de 1976.

como é possível perceber na imprensa da época. Em janeiro de 1976, por exemplo, comentava-se “que pelo menos algumas partes do projeto não correspondem mais às realidades urbanas da cidade, configuradas a partir de 1971, e que para tornar viável e eficaz sua aplicação serão necessários incontáveis revisões e readaptações” (O ESTADO, 1976a, p. 16). O projeto então em tramitação, que deveria substituir o Plano Diretor de 1954, estava “emperrado” desde agosto 1972. O plano diretor em vigor, elaborado na gestão do prefeito Paulo Fontes, era tido como “arcaico”, pois não orientava as ações da administração municipal no controle do crescimento da cidade e da especulação imobiliária, a qual, segundo a imprensa da época, “extrapola os limites do suportável” (O ESTADO, 1976b, p. 15).

Se o projeto aprovado em 1976 daria ou não conta do crescimento de Florianópolis, não é possível dimensionar. Sabe-se, contudo, que ele efetivamente sofreu as “revisões” e “readaptações”, concretizadas em numerosas emendas ao projeto, no período imediatamente posterior à sua elaboração. Segundo Orlandi, as modificações, em sua maioria, referem-se ao zoneamento, para permitir a construção de empreendimentos imobiliários sob formas e em locais anteriormente vedados ou limitados (ORLANDI, 2009, p. 33). Entre os projetos que alteraram o Plano Diretor, Marcon destaca a lei nº. 1.516, de 1977, que definiu um novo zoneamento, regulamentando o parcelamento e ocupação do solo, e considerou os balneários como áreas de interesse turístico, e a lei nº. 1570, de 1978, que favoreceu a verticalização urbana e ampliou os limites do perímetro urbano da área continental e da parte insular (MARCON, 2000, p. 181; PEREIRA, 1992, p. 97-101).

Nesse período havia certa perspectiva de desenvolvimento e de crescimento para a cidade, de parte principalmente de empresários da construção civil, setor que “foi um dos pilares da política econômica levada a cabo pelos governos da ditadura” (LOHN, 2016, p. 292). Essa perspectiva, contudo, não cabia nos limites do Plano Diretor aprovado em 1976. O limite de doze andares para os prédios, por exemplo, que originalmente era para ser de dezoito, foi criticado pelo diretor técnico de uma das principais construtoras: “Talvez os autores da emenda que determinou a supressão tivessem ficado com medo de transformar a cidade num paliteiro, mas não era o caso, pois isso poderia ser feito apenas em determinadas áreas estrategicamente dispostas” (O ESTADO, 1976c, p. 16).

O planejamento, por sua vez, era uma forte marca do período, em âmbitos bastante diferentes, como, por exemplo, a educação e a segurança, mas também na gestão do espaço urbano, em especial no que se refere ao crescimento e à distribuição populacional. Segundo um editorial do jornal *O Estado*, de Florianópolis, publicado em fevereiro de 1976, a cidade deveria “incorporar definitivamente ao seu destino a conjugação do verbo planejar. Sem ele, e sem a execução dos projetos dele decorrentes, seremos em breve mais um desses organizados labirintos onde o homem vive à reboque da Cidade, e não esta a serviço do homem” (O ESTADO, 1976d, p. 4). Mas, apesar da ênfase que ganhou nesse período, o planejamento não foi invenção dos governos militares, mesmo no que se refere à política urbana. Segundo Paulo Rizzo, “o planejamento urbano é uma preocupação anterior ao golpe de 1964, período em que se começou a esboçar a questão da **política urbana** diante das demandas que o processo de urbanização apresentava e

não resolvido pelos planos urbanísticos de escala municipal” (RIZZO, 1993, p. 75). Rizzo também destaca que, no período do “milagre econômico”, entre aproximadamente 1968 e 1974, foi ampliada

[...] a penetração do capital no campo, acelerando os fluxos migrantes em direção às cidades, que dinamizou o setor imobiliário nas cidades brasileiras com o crescimento vertiginoso da construção civil, verificando-se o aumento das conurbações e, consequentemente, trazendo novas necessidades de ação das administrações municipais. Os financiamentos federais tornavam-se apetitosos e, praticamente, se impunham como a única possibilidade para o custeio do planejamento local e regional (RIZZO, 1993, p. 58).

O planejamento, contudo, não tinha condições de solucionar todos os problemas, mas apenas apontar possibilidades e tentar prever respostas aos problemas. Os conflitos sociais e sua dinâmica não cabem nos planos de metas. Nos anos seguintes à aprovação do Plano Diretor, além da atuação da iniciativa privada para emendar o projeto, também se intensificaram a denúncia de problemas estruturais da cidade e os protestos populares, evidenciando problemas da estrutura urbana da cidade. O jornal *O Estado*, por exemplo, publicou nesse período e nos anos seguintes, uma série de reportagens denunciando as más condições de vida em diferentes bairros de Florianópolis, apontando problemas como esgoto, lixo, transporte, ou mesmo de moradia. Em editorial de janeiro de 1976, afirmava-se:

Torna-se difícil preparar uma lista dos problemas aparentemente insolúveis de Florianópolis. A falta d’água, por exemplo, em determinadas zonas da cidade

parece ter se tornado crônica. Alguns bairros sofrem, ou começam a sofrer o penoso drama mal começa o verão. Mesmo algumas ruas do centro têm recebido pouca água, consequência talvez dos antigos e arcaicos sistemas de abastecimento implantados há décadas (O ESTADO, 1976e, p. 04).

Entre os bairros, o Saco dos Limões era um dos que apresentava numerosos problemas, ainda que não fosse o único. “No setor de saneamento o Saco dos Limões enfrenta problemas semelhantes aos demais bairros da cidade, com constante falta d’água e os moradores despejando os esgotos sanitários na vala existente no ar livre ao longo da rua Manuel Gualberto dos Santos” (O ESTADO, 1976f, p. 16). Nos anos seguintes, esses e outros problemas viriam a gerar protestos em algumas localidades, isoladamente, ou lutas concentradas no centro da cidade, sendo emblemático o problema ainda hoje persistente com o transporte público e o preço das tarifas dos ônibus. Em 1979, por exemplo, pode-se identificar nos jornais que houve vários aumentos no valor da tarifa (O ESTADO, 1979, p. 16).

No contexto da segunda metade da década de 1970 estavam em disputa diferentes projetos para a cidade, colocando em cena uma ampla diversidade de personagens, que atuavam sobre a construção e transformação do espaço urbano. Para compreender esse movimento, entende-se que, “por ser reflexo social e porque a sociedade tem a sua dinâmica, o espaço urbano é também mutável, dispondo de uma mutabilidade que é complexa, com ritmos e natureza diferenciados” (CORRÊA, 2005, p. 8). Nesse sentido, pode-se afirmar que o espaço urbano “é um produto social, resultado de ações acumuladas através do tempo, e

engendradas por agentes que produzem e consomem espaço” (CORRÊA, 2005, p. 11).

Entende-se também que “o espaço urbano é criado e recriado por agentes que têm papéis decisivos, refletindo práticas dos proprietários dos meios de produção, dos proprietários fundiários, dos promotores imobiliários, das políticas e ações do Estado e dos grupos sociais”, inclusive aqueles “colocados mais à margem dos benefícios da vida nas cidades” (MARCON, 2000, p. 27). Nesse sentido, cabe destacar que

[...] as estruturas sociais convertidas em estruturas espaciais produzem uma hierarquização prática das diversas regiões do espaço construído. Esta hierarquização é, entretanto, naturalizada, como disse Bourdieu, isto é, as oposições sociais objetivadas no espaço físico tendem a se reproduzir nos espíritos e na linguagem. Desenvolve-se, assim, uma cidade segregada, em que a hierarquia social e a apropriação desigual dos recursos urbanos é reproduzida em uma *diferenciação social* naturalizada nas estruturas mentais. Essa diferenciação é apropriada e, em grande parte dos casos, construída pela dinâmica empresarial de produção de moradia, no processo de formação de sobre-lucros de localização (COSTA & MENDONÇA, 2008).

No contexto de discussão e elaboração do Plano Diretor de 1976, bem como em outros momentos, manifestaram-se diversas concepções de cidade, podendo-se perceber inclusive fissuras entre os setores de elites. Deve-se isso a que

[...] muitos dos conflitos têm raízes justamente nessas diferentes perspectivas que, grosso modo, contrapõem duas grandes vontades: a vontade daqueles que desejam conservar o perfil da **cidade média**

e a vontade daqueles que vislumbram transformá-la numa **metrópole** e até mesmo já a caracterizam como tal (FANTIN, 2000, p. 18).

Essas diferentes perspectivas se manifestaram em discursos díspares, utilizados como fontes nesse trabalho, expressando utopias e ideologias das mais diversas na disputa por projetos de cidade. Esses discursos são aqui entendidos como representação de práticas sociais, ou seja, como expressão simbólica de processos cujas raízes estão em diferentes âmbitos da vida social, como a economia, a política e a cultura. Leva-se em conta, portanto, que

[...] a mediação entre o campo das significações imaginárias da cidade e o entrecruzamento com as experiências urbanas dos diferentes atores revela justamente o campo de articulação entre cultura e política, que se constituem cada vez mais em esferas inseparáveis. Isto significa pensar não só a produção de símbolos urbanos identitários (...), valores e representações, mas sua materialização prática no campo da experiência. Trata-se, pois, de analisar a disputa simbólica e seu desdobramento prático materializado em torno dos diferentes projetos de cidade (FANTIN, 2000, p. 22).

Na década de 1970, conforme foi mostrado acima, por meio de alguns indícios presentes na imprensa do período, Florianópolis passou por transformações e disputas relacionadas ao projeto político defendido nacionalmente pela ditadura.

Considerações finais

Com o início da ditadura, as cidades passam por um processo de investimento na transformação do espaço, seja como forma de controlar as “massas”, seja para fazer circular o capital. Nos primeiros

anos da ditadura apostou-se em um conjunto de políticas habitacionais, associadas à expansão de alguns direitos sociais, forçando os gestores públicos a atender a algumas das necessidades básicas da maior parte da população e, dessa forma, tentar coibir as mobilizações sociais.

Contudo, essa mesma ditadura, na década de 1970, empreendeu ações no sentido da transformação do espaço urbano da cidade por meio da intervenção estatal, muitas vezes com características autoritárias, recriando esses espaços sem a efetiva participação dos atores que produzem essa cidade. Esse foi o processo que constituiu o que foi definido neste texto como “cidades da ditadura”. No caso de Florianópolis, aqui discutida como exemplo desse processo, são perceptíveis contradições e disputas, na medida em que há o choque de um conjunto de interesses antagônicos entre os sujeitos envolvidos. Essas contradições, como em outros possíveis exemplos, estão na própria organização e distribuição da sociedade e do espaço.

Em Florianópolis, como parte desse processo, difundiu-se o discurso na imprensa de que a cidade cresceu muito e de forma desorganizada, gerando problemas dos mais diversos, e que, para tanto, seria preciso planejar para organizar essa modernização e, com isso, evitar que Florianópolis viesse a se tornar caótica como os grandes centros. Nesse processo, convergindo os interesses econômicos com os planos propostos pela ditadura, chama-se à responsabilidade os empresários, tanto para investir na cidade como para colaborar com o planejamento.

O Plano Diretor de 1976, no discurso da imprensa, significaria a possibilidade de garantir que alguma lei coibisse exageros cometidos pela iniciativa privada, ainda que não fosse capaz de controlar

totalmente o processo de ocupação e de transformação dos espaços. Nesse processo, destaca-se o desinteresse das construtoras pela própria lei, ao concluir projetos em andamento ou mobilizando-se no sentido de conquistar emendas ao projeto do Plano Diretor. Dessa forma, se a ideia era planejar o desenvolvimento econômico, percebe-se apenas que foram legalizadas as ações dos proprietários privados, construindo e investindo e prédios e outras propriedades, enquanto a maior parte da população seguia na pobreza.

Referências

- CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. 4ª ed. São Paulo: Ática, 2005.
- COSTA, Heloisa Soares de Moura; MENDONÇA, Jupira Gomes de. Dinâmica imobiliária e a formação de um “obscuro objeto de desejo”: localização residencial e representação simbólica. **32º Encontro Nacional da ANPOCS**. Caxambu, 2008.
- FANTIN, Márcia. **Cidade dividida**. Florianópolis: Cidade Futura, 2000.
- IANNI, Octávio. **Estado e planejamento econômico no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.
- KAPLAN, Marcos. Aspectos políticos do planejamento na América Latina. In: BROMLEY, Ray; BUSTELO, Eduardo (org.). **Política versus técnica no planejamento: perspectivas críticas**. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- LOHN, Reinaldo. **Artífices do futuro: cultura política e a invenção do tempo presente de Florianópolis (1950-1980)**. Florianópolis: Insular, 2016.
- MARCON, Maria Teresinha. **A metropolização de Florianópolis: o papel do estado**. 2000, 319f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000.
- ORLANDI, Verônica Pereira. **Uma cidade em transformação: modernização da cidade de Florianópolis durante a elaboração do Plano Diretor de 1976**. 2009, 59f. Trabalho de Conclusão (Graduação em História).

Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis 2009.

PEREIRA, Élson Manoel. **Gestão do espaço urbano**: um estudo de caso das áreas central e continental da cidade de Florianópolis. 1992, 161f. Dissertação (Mestrado em Administração). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1992.

PROGRAMA para cidades de porte médio. **Planejamento & Desenvolvimento**, Brasília, Secretaria de Desenvolvimento da Presidência da República, ano 3, nº 36, p. 20-5, maio 1976.

RIZZO, Paulo Marcos Borges. **Do urbanismo ao planejamento urbano**: utopia e ideologia. Caso de Florianópolis (1950 a 1990). 1993, 119f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1993.

SCHMIDT, Benicio Viero. **A questão urbana**. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

SILVA, Michel Goulart da. “Uma cidade em disputa: representações das transformações urbanas em Florianópolis no contexto da aprovação do Plano Diretor em 1976”. In: Reinaldo Lindolfo Lohn, Emerson Cesar Campus, Luiz Felipe Falcão. (Org.). **Florianópolis no tempo presente**. Florianópolis: UDESC, 2011a, p. 103-117.

SILVA, Michel Goulart da. “Cidades massificadas, cidades da ditadura”. **Urbana**, nº. 6, p. 364-375, 2014a.

SILVA, Michel Goulart da. **Crescer com o Brasil**: planejamento, modernização e utopia de desenvolvimento em Santa Catarina (1970-1975) (Dissertação de Mestrado em História). Florianópolis: UDESC, 2012.

SILVA, Michel Goulart da. “Cultura política e discursos de modernização em Santa Catarina (1970-75)”. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História**. São Paulo: ANPUH-SP, 2011b.

SILVA, Michel Goulart da. “O movimento estudantil e a resistência à ditadura em Santa Catarina”. **Tempos Históricos**, nº. 18, p. 156-172, 2014b.

STEINBERGER, Marília; BRUNA, Gilda Collet. Cidades médias: elos do urbano-regional e do público-privado. In: ANDRADE, Thompson; SERRA, Rodrigo (Org.). **Cidades médias brasileiras**. Rio de Janeiro: IPEA, 2001.

Fontes

BRASIL. **Projeto do II Plano Nacional de Desenvolvimento - PND (1975-1979)**. Brasília: s.n., 1974.

O ESTADO. “O plano diretor ainda não tem data para ser aprovado”, **O Estado**, 24 de janeiro de 1976a, nº. 18271.

O ESTADO. “Plano Diretor: três anos de espera”, **O Estado**, 10 de fevereiro de 1976b, nº. 18287.

O ESTADO. “Reflexos da aprovação do Plano Diretor, segundo os construtores”, **O Estado**, 08 de junho de 1976c, nº. 18399.

O ESTADO. “O futuro da cidade” (editorial), **O Estado**, 07 de fevereiro de 1976d, nº. 18.284.

O ESTADO. “O verdadeiro problema” (editorial), **O Estado**, 25 de janeiro de 1976e, nº. 18272.

O ESTADO. “Saco dos limões”, **O Estado**, 10 de abril de 1976f, nº. 18343.

O ESTADO. “Passagens de ônibus vão subir 44,38%”, **O Estado**, 04 de dezembro de 1979, nº. 19584, ano 65.

Recebido em 2023-11-13
Publicado em 2024-08-30